

VII Colóquio Internacional Marx Engels

A questão agrária na Colômbia: expansão capitalista e conflitos sociais (1974-1986)

Ana Carolina Ramos e Silva
Doutoranda em História Econômica / USP

GT4 – Economia e política no capitalismo contemporâneo

1 Introdução

O presente trabalho busca analisar como o desenvolvimento econômico agrário na Colômbia entre os anos de 1974 e 1986 incidiu na configuração dos conflitos sociais, particularmente no conflito armado, a partir da conexão entre a expansão capitalista ocorrida no país entre as décadas de 1970 e 1980 e os conflitos sociais que surgiram como desdobramentos deste mesmo processo. O período abordado situa-se entre o fim da Frente Nacional¹ e a criação da União Patriótica². Em relação aos marcos econômicos, a abordagem situa-se entre o início da recessão econômica e desindustrialização que sucederam o auge do período de desenvolvimento econômico-industrial e o início da hegemonia neoliberal no país. Deste modo, o debate se insere no campo da História Econômica ao mesmo tempo em que parte de um referencial teórico que busca identificar as relações que se estabelecem entre economia e política ao longo do tempo em uma determinada formação social.

2 Expansão capitalista e conflitos sociais na Colômbia

Do ponto de vista das possibilidades políticas do desenvolvimento econômico no setor agrário colombiano é possível identificar a tensão entre duas vias: por um lado, a modernização baseada na grande propriedade agrária, a qual preserva o poder econômico das oligarquias, mantém a produção voltada para a exportação de matérias-primas e acelera a concentração de terras e de capital pela expulsão de pequenos produtores de suas propriedades; por outro lado, um desenvolvimento dinamizado pela pequena propriedade com a manutenção dos camponeses em contraposição à expansão da grande propriedade agrária. Nesse sentido, a questão agrária será um dos principais pontos de origem das contradições na sociedade colombiana, não apenas entre classes

¹ Governo de coalizão entre os partidos Liberal e Conservador iniciado em 1958 e findo em 1974.

² Frente ampla, criada em 1986, que agregou diversas forças político-sociais, incluindo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP).

dominantes *versus* classes dominadas, mas também entre as próprias classes dominantes, cindidas entre propostas de caráter reformista ou conservador no que se refere às políticas de distribuição de terras e do próprio modelo de expansão capitalista.

Com relação ao mencionado, na conjuntura internacional dos anos 1960, marcada pela Revolução Cubana, a realização de uma reforma agrária seria essencial para reestruturar o modelo baseado na grande propriedade rural e impedir uma convulsão social influenciada, sobretudo, pelos desdobramentos da luta de classes em Cuba, sinalizando a necessidade de uma expansão capitalista baseada também na pequena propriedade.

Para isso, criou-se em 1960 o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) para a aplicação de políticas de redistribuição de terras no país, desativado em 1961 por pressão do Partido Conservador, mas reativado em 1966 durante a legislatura do presidente Carlos Lleras Restrepo. Os projetos de redistribuição de terras não alteraram substancialmente o modelo de propriedade vigente no país e não atingiram diretamente os grandes proprietários, mas mesmo com pouco impacto, tais políticas foram fortemente coibidas pela oligarquia colombiana. Em contrapartida, as organizações camponesas representadas principalmente pela ANUC³ se converteram em atores políticos que pressionavam o sistema político-econômico excludente da Frente Nacional, à medida que lutavam pela reforma agrária com seus próprios meios promovendo invasões para recuperação ou tomada de terras.

É importante observar que o Estado colombiano contribuiu para a continuidade do processo de concentração de terras no país, base da modernização das relações de produção no setor agrário. Como exemplo desta modernização tem-se o avanço da agricultura comercial, muito significativo entre os anos de 1950 e 1990. Em 1950 havia cerca de 270 mil hectares ocupados industrialmente e em 1990 mais de 3,5 milhões de hectares com cultivos baseados nas modernas técnicas de exploração da terra. As mudanças operadas a partir da industrialização da produção agrícola, utilizando-se de maquinaria pesada e de produtos agroquímicos, impulsionaram o aumento da produtividade, os lucros dos empresários agrícolas e garantiram as rendas dos latifundiários. Um fato significativo do período foi *bonanza* cafeeira iniciado em 1976,

³ Asociación de Usuarios Campesinos de la Reforma Agraria (ANUC), criada durante a legislatura do presidente Carlos Lleras Restrepo (1966-1970) cuja principal função era mediar os conflitos agrários.

que somada ao aumento das exportações de ilícitos⁴, contribuiu para acelerar a acumulação de capital e estimular a tendência de modernização da produção agrícola, sem prescindir da exploração da força de trabalho:

La bonanza cafetera, no solo fue pagada por los consumidores opulentos de Estados Unidos y Europa a US\$ 3.00 la libra [...] sino también por los trabajadores colombianos, con una baja de sus remuneraciones reales y con el desempleo y el receso de buena parte de la economía, que vino a recuperarse en 1978 a pesar de las políticas del gobierno⁵.

Com relação à década de 1980, a agricultura manteve sua importância no desenvolvimento econômico do país, embora nos primeiros anos da década o setor tenha apresentado um crescimento relativamente baixo com uma média de 2,7 pontos percentuais por ano. Cabe ressaltar que a retomada de um crescimento acelerado na produção agrária ocorreu apenas após o ano de 1986, principalmente nos anos de 1987 e 1989, nos quais o PIB agropecuário cresceu 6,4 e 4,9%, respectivamente. Portanto, o período entre 1974 e 1986 abrange um momento de recessão econômica que atingiu o setor historicamente mais dinâmico da economia colombiana - o que seguramente se deve ao fato da recessão econômica em nível internacional provocada pelo início das políticas neoliberais nos EUA e na Inglaterra e pelo grau de dependência da economia colombiana em relação a estes países.

As transformações na estrutura socioeconômica colombiana não foram incompatíveis com a permanência de um campesinato relativamente amplo, que nos anos 1980 ainda constituía mais da metade da força de trabalho no campo. No entanto, a expansão capitalista no setor agrário impulsionou o processo de proletarianização dos trabalhadores rurais e de migração massiva de mão de obra para as cidades.

Tais transformações no plano socioeconômico não foram acompanhadas por um processo de consolidação da democracia no país, ao contrário, intensificou-se a coerção por parte do Estado e das classes dominantes sobre o movimento camponês. Embora muito expressivo um determinado período, o movimento liderado pela ANUC refluíu a partir de 1974 e vários membros de sua direção foram assassinados, o que significava que o movimento camponês perdia um importante interlocutor de defesa de seus interesses junto ao Estado. Em contrapartida, o INCORA teve reforçado seu papel

⁴ Cf. KALMANOVITZ, S. Análisis macroeconómico del narcotráfico en la economía colombiana. VARGAS, R. (Org.). *Drogas, poder y región en Colombia*. Bogotá: Cinep, 1994.

⁵ KALMANOVITZ, S. *Economía y nación: una breve historia de Colombia*. Bogotá: Tercer Mundo, 1997. pp. 508-509.

repressor durante os anos 1970 e por meio deste órgão público o governo executou uma série de medidas repressivas e de militarização do campo que no governo de Turbay (1978-1982) culminou na criação do *Estatuto de Seguridad*⁶. Além disso, o decreto de número 100 de 1980 do Código Penal Colombiano aumentou as penalidades para as invasões de terras e em especial para os dirigentes dos movimentos agrários. Observa-se que “as ocupações de terras, no apogeu da ANUC, chegaram a 600 em 1961 e se reduziram a 6 entre 1978 e 1981. Contudo, se a luta em massa do campesinato pela terra estava quase liquidada, a luta guerrilheira se multiplicou”⁷. Assim, ao mesmo tempo em que houve o refluxo do movimento camponês, houve a expansão do movimento armado em um cenário que combinava recessão econômica com repressão política.

Na década de 1980 os conflitos rurais retornaram com maior força se comparados ao período do governo de López Michelsen (1974-1980). Nesse novo momento o movimento armado constituído tanto por guerrilhas rurais quanto urbanas assumiu o protagonismo na confrontação com o Estado. A expansão desses movimentos se concentrou inicialmente nas regiões que passaram por um violento processo de decomposição dos velhos núcleos de colonização agrícola de subsistência diante do avanço da pecuária e da modernização da agricultura.

3 A História Econômica na historiografia colombiana

A análise historiográfica proposta indaga se a História Econômica colombiana fornece respostas para o entendimento dos conflitos sociais contemporâneos mencionados acima, especialmente do conflito armado.

De acordo com um levantamento prévio, duas abordagens no campo da História Econômica colombiana foram mapeadas: uma mais próxima ao marxismo que foi predominante entre os anos 1960 e 1970 e outra marcada pelo enfoque neoinstitucional e representada pela corrente denominada *Nueva Historia Económica de Colombia* predominante a partir dos anos 1990. Uma das características das análises desenvolvidas entre 1960 e finais de 1970 foi a busca do entendimento dos conflitos

⁶ Criado em 6 de dezembro de 1978, um mês após a posse do presidente Julio César Turbay Ayala, o *Estatuto de Seguridad* era composto por dezesseis artigos que em linhas gerais reforçavam as leis penais já existentes, aumentavam as penalidades às ações relacionadas à ordem pública e davam facultades e atribuições judiciais para prefeitos, comandantes e inspetores da polícia, além de permitir o julgamento de civis pelos tribunais militares.

⁷ MONDRAGÓN, H. Colômbia: mercado de terras ou reforma agrária, eis a questão. In: MARTINS, M. D. *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

contemporâneos na Colômbia a partir de uma perspectiva histórica de longa duração ao privilegiar metodologicamente análises centradas nas condições econômicas da formação social colombiana, daí sua proximidade e inspiração com o campo teórico do marxismo. Já a vertente dos anos 1990 inspirou-se nas formulações de autores como Douglass North e Robert Thomas⁸, marcadas pelo enfoque neoinstitucional, ou seja, pelo desenvolvimento de uma teoria das instituições e de seu impacto sobre a mudança histórica e econômica das sociedades.

Nos anos 1980 e em sintonia com a emergência do neoliberalismo passou a predominar na análise econômica colombiana a perspectiva quantitativa e matemática em detrimento da perspectiva histórica de longo prazo:

Un último aspecto que explica el cambio en las relaciones entre intelectuales y Estado es la emergencia del neoliberalismo. La década de los ochenta conoció el auge de las corrientes monetaristas que propugnaban por la implementación del recetario de la Escuela de Chicago y de su máximo inspirador Milton Friedman⁹.

Isso implicou, inclusive, em uma diminuição dos estudos específicos no campo da História Econômica entre os anos de 1980 e 1990:

Es fácil darse cuenta del estancamiento de la investigación en historia económica y social a fines de los años 80 en lo corrido el decenio, salvo algunos significativos en la historia regional, algunos avances en la historia empresarial, un par de libros sobre temas económicos puntuales y otro sobre baldíos en el siglo XIX, no hay mayores aportes que permitan avanzar en el conocimiento de algún problema o de algún periodo..¹⁰.

Como resposta à tendência monetarista de 1980 se desenvolveram os estudos na perspectiva neoinstitucional e criou-se a corrente denominada *Nueva Historia Económica de Colombia*, embora sem o enfoque crítico que caracterizou os estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970. Assim, uma abordagem no campo da História Econômica a qual ressalta que “las relaciones de propiedad en el campo, las políticas públicas frente a la cuestión agraria y el desarrollo mismo de la agricultura y de la ganadería cumplieron un papel importante en el largo conflicto interno”¹¹, será marginal

⁸ NORTH, D., THOMAS, R. *El nacimiento del mundo occidental, una nueva historia económica (900-1700)*. Siglo XXI Editores: México, 1978.

⁹ URREGO, M. A. *Intelectuales, Estado y Nación en Colombia: de la guerra de los Mil Días a la constitución de 1991*. Bogotá: Universidad Central-DIUC; Siglo del Hombre Editores, 2002. pp. 193-206.

¹⁰ BEJARANO, J. *Guía de Perplejos: una mirada a la historiografía colombiana. Anuario colombiano de historia social y de la cultura*. Bogotá, n. 24, p. 284-324, 1997. p. 287.

¹¹ KALMANOVITZ, S. La Agricultura. In: KALMANOVITZ, S. (Org.) *Nueva Historia Económica de Colombia*. Bogotá: Taurus, 2010.

no pensamento econômico do país. Isto porque a predominância do enfoque neoinstitucional comprometeu o entendimento dos conflitos sociais em sua relação com a economia do país, aspecto este considerado de fundamental importância para o entendimento da realidade colombiana.

4 Desafios teóricos para a compreensão da particularidade latino-americana

Com relação à abordagem teórica que auxilie na interpretação da temática proposta, abre-se o diálogo com as teorias que sirvam de ferramenta para uma análise historiográfica que se desenvolva de modo a identificar as relações que se estabelecem entre economia e política ao longo do tempo em uma determinada formação social. Nesse sentido as indicações feitas por Lukács constituem um primeiro referencial analítico, especialmente quando o autor enfatiza a necessidade de estabelecer um nexo entre determinadas alternativas políticas que se colocam em momentos específicos e suas raízes econômicas:

A complicação e – frequentemente usada com reprovação – aparente contradição do marxismo mostra-se aqui em sua legítima clareza metodológica: de um lado, nada no ser social pode tornar-se uma categoria determinante da práxis se não tiver efetivas raízes na economia, e por isso também na genericidade de seu período; de outro lado, e ao mesmo tempo, essa determinidade econômica não pode, de modo algum, tornar-se uma determinação linear, univocamente “necessária”. A economia como base inevitável não apenas possibilita em suas consequências práticas as decisões alternativas, mas também as torna tendencialmente inevitáveis¹².

Observa-se nesta passagem que o autor recusa o determinismo econômico como uma característica do marxismo ao mesmo tempo em que considera a economia como dimensão fundamental das possibilidades históricas que se delineiam na sociedade, imprescindível para se entender a correlação entre expansão capitalista e conflitos sociais na Colômbia.

Outra referência teórica que valoriza os processos históricos e econômicos de longa duração é o estudo de Barrington Moore Jr.¹³, no qual o autor procurou explicar os diferentes papéis políticos exercidos pelas aristocracias latifundiárias e os camponeses no curso do processo que transformou sociedades agrárias em sociedades

¹² LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹³ MOORE Jr., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

industriais modernas. Seu estudo trouxe uma importante contribuição para a análise das condições históricas que permitiram a um desses grupos sociais, ou mesmo a ambos, construir democracias parlamentares ou ditaduras de direita e de esquerda. É importante ressaltar que na época em que produziu este estudo, Moore Jr. buscava por meio de exemplos históricos fornecer provas contrárias à ideia de que o simples desenvolvimento econômico seria responsável pela transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade capitalista industrial, o que implicaria automaticamente na constituição de um regime político democrático.

Para o autor, nos casos em que houve a combinação entre capitalismo e democracia política (EUA, França e Inglaterra), a circunstância histórica fundamental foi a ocorrência de revoluções que deslocaram as elites agrárias da sua antiga condição de dominação e impediram que elas se adequassem à nova ordem da sociedade industrial capitalista. Porém, como Moore Jr. deixou explícito em seu estudo, outros caminhos também se realizaram como na Alemanha e no Japão, países nos quais houve a superação da condição de atraso histórico em relação aos países que se adiantaram na modernização capitalista, embora sem converterem o desenvolvimento alcançado em consolidação da democracia. Esses são os casos que caracterizou como modernização conservadora por meio de uma revolução vinda de cima, ou seja, realizada pelas classes dominantes apoiadas pelo Estado e em circunstâncias nas quais não houve ruptura com as formas de dominação vindas do passado agrário e as classes dominantes agrárias tradicionais encarregaram-se de liderar e viabilizar um projeto modernizante para o país. O não rompimento com essas classes oriundas do mundo agrário seria fator determinante para ausência de um regime democrático nesses países:

Por um lado é importante ressaltar que na modernização conservadora o Estado acabou executando “muitas das tarefas realizadas noutros países, com a ajuda de uma revolução vinda de baixo”¹⁴. Por outro, essas observações têm pertinência para este trabalho por se considerar que na Colômbia o modelo de transição adotado - por escolha das classes dominantes - foi justamente o que abortou violentamente as “pressões vindas de baixo”. Tal situação abriu espaço para a radicalização dos movimentos opositores ao sistema estabelecido, como o exemplifica a luta armada.

É importante ater-se também à particularidade histórica da própria formação social colombiana. Assim, cabe retomar as sugestões contidas na obra de Caio Prado Jr.

¹⁴ MOORE Jr., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983. p. 432.

no intuito de fazer a mediação entre proposições teóricas elaboradas principalmente para o contexto europeu da passagem do século XIX para o século XX e sua aplicação para a pesquisa histórica de países de formação colonial e condição periférica na economia capitalista mundial, como é o caso da Colômbia:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social quanto no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país¹⁵.

As colocações são pertinentes, primeiro por mostrar a importância de se pensar os países de formação colonial como parte da história do capitalismo como sistema mundial¹⁶ mas em uma condição subalterna e dependente, que marcou profundamente a economia de todos os países que se inseriram deste modo na economia mundial e segundo por sugerir que as formas de desenvolvimento agrário em países periféricos não podem ser pensadas simplesmente como possibilidades de modernização conservadora ou democrática sem levar em consideração essa condição histórica anterior.

5 Conclusão

Diante do exposto algumas conclusões podem ser obtidas, ainda que hipoteticamente. A primeira é que o conflito armado colombiano não pode ser entendido à margem da expansão capitalista que ocorreu no setor agrário desde pelo menos os anos 1950. Outro elemento importante para a análise da expansão capitalista e dos conflitos sociais na Colômbia na passagem dos anos 1970 para os anos 1980 deve ser buscado no próprio cenário de recessão econômica do país no período. Ao tomar-se o desenvolvimento industrial como um indicativo, é possível perceber que a partir de

¹⁵ PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 22-23.

¹⁶ Cf. SECCO, L. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

1976 a economia colombiana iniciou um processo de desindustrialização. Entre 1929 e 1973 a indústria colombiana teve um crescimento médio anual de 7,5%, enquanto o PIB teve um crescimento médio de 4,7% ao ano. Neste período, o número de trabalhadores na indústria aumentou de 135.400 para 447.900. O auge da expansão da indústria foi entre os anos de 1969 e 1974, o que favoreceu a exportação de produtos manufaturados. No entanto, entre 1974 e 1989 o crescimento médio da indústria foi de 3,4% ano, enquanto que o do PIB foi de 4,1%. Entre 1990 e 2001 a indústria cresceu uma média anual de 0,8% contra 2,8% do PIB nacional, o que revela a participação cada vez menor dessa atividade na economia do país. Por outro lado, para compor o panorama geral do início da desindustrialização, cabe ressaltar que na passagem dos anos 1970 para 1980 os governos de Michelsen (1974-1978) e Turbay (1978-1982) iniciaram a implementação das políticas neoliberais, privilegiando as orientações mais ortodoxas – preconizadas pelos monetaristas – para o combate da recessão econômica que ocorria em nível mundial, como a contração do crédito, ataque aos direitos trabalhistas, aumento da taxa de juros e maior abertura do mercado interno ao capital internacional. Tal situação penalizaria tanto o capital produtivo quanto a classe trabalhadora colombiana em favor do capital financeiro. Assim é que “El capital financiero se convirtió en el Drácula de la economía productiva del país”¹⁷.

Pelos dados apontados infere-se que: diante do processo de desindustrialização da economia colombiana a produção no setor agrário realizada na grande propriedade teve, para as classes dominantes um papel decisivo para impedir uma recessão ainda mais profunda no país. Nesse sentido, a proposta de reforma agrária e a existência de movimentos agrários organizados e consolidados politicamente foram concebidos pelo Estado e pelas classes dominantes como um sério risco ao país, exigindo uma política de repressão austera contra estes movimentos, como ocorreu durante todo o governo de Turbay (1978-1982), o que levou à radicalização do movimento camponês e ascensão da luta armada, devido a não solução dos conflitos pelas vias institucionais ou concessões estatais.

Cabe ressaltar também que entre os produtos colombianos que tiveram um papel importante na balança comercial do país estão o café (entre 1976 e 1978) e os narcóticos (entre 1978 e 1983), todos ligados à produção no campo e que fazem do

¹⁷ KALMANOVITZ, S. *Economía y nación: una breve historia de Colombia*. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

controle da propriedade da terra pelo Estado e pelas oligarquias um elemento fundamental na política econômica do país no período. Portanto, à medida que os movimentos camponeses e armados passavam novamente a pressionar pela reforma agrária ou expandir sua influência e seu domínio territorial colocaram-se duas possibilidades para o Estado: ou aumentar a coerção ao movimento ou negociar a paz. De todo modo, estavam dadas as bases de um contexto extremamente suscetível às lutas sociais, seja pela via institucional, seja pela via armada.